

Departamento de Sociologia

**Mudança do Papel do Jornalismo com as Novas Tecnologias de
Informação e Comunicação**

Caso das Revoluções do Egipto - Primavera Árabe

Daniela Alexandra da Silva Carrilho

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de

Mestre em Comunicação, Cultura e Tecnologias de Informação

Orientador

Doutor Gustavo Alberto Guerreiro Seabra Leitão Cardoso

Professor Associado com Agregação

ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa

Setembro, 2012

Agradecimentos

A elaboração deste trabalho requereu pesquisa, conhecimento, tempo e dedicação. Naturalmente, a vida de qualquer pessoa não se constrói individualmente pelo que para possuir todos estes requisitos contei com a preciosa ajuda de muitas pessoas.

Em primeiro, aos meus pais - Ana Paula e José Maria -, ao meu irmão (o melhor do mundo) - Paulo - aos meus avós paternos - Maria Antónia e António Jacinto -, e aos meus avós maternos, anjos da guarda e estrelas guia – Alice e António Luís - que sempre me ajudaram e proporcionaram ter a oportunidade de aprender muitas e importantes coisas ao longo de toda a minha vida pessoal e académica. De resto, agradeço-lhes também toda a paciência quando estive mais empenhada no trabalho e menos disponível para eles. Foram fundamentais e, sem dúvida, serão sempre a maior e mais importante ajuda que terei. Sem eles não seria a pessoa que sou hoje.

Quero agradecer de forma muito especial a todos os meus grandes amigos e amigas que me apoiaram em todo este projecto, nem que fosse pelo incentivo e força constante que me dão para continuar em frente e por nunca desistirem de acreditar em mim e nas minhas capacidades e valor. Muito obrigada pelo apoio fundamental a todos os níveis.

Quero também agradecer ao resto da minha família: aos meus tios; aos meus primos; às minhas afilhadas, pelo amor que me dão, o mais sincero do mundo; e à minha cunhada Claudia.

Aos meus colegas e amigos – Eloísa Silva, Carlota Bicho e Cláudia Lamy -, que foram igualmente muito importantes nesta minha caminhada, pelos debates e opiniões trocadas.

Por outro lado, quero também agradecer ao professor José Jorge Barreiros, por toda a preocupação e todo o material que me disponibilizou, que foi essencial para a realização da minha dissertação; e ao Pedro Pereira Neto, pelo apoio e conselhos muito úteis que me deu na concepção deste documento. Todas as suas sugestões foram de extrema importância pois permitiram-me alargar horizontes e estimularam ainda mais a minha curiosidade por este tema.

Agradeço também ao Professor Doutor Gustavo Cardoso, professor orientador desta dissertação.

Resumo

Este estudo apresenta um olhar crítico sobre a mudança do papel do jornalismo com a introdução das tecnologias de informação e comunicação. A profissionalização do jornalismo, nos anos 60, teve características muito distintas do que o jornalismo é hoje em dia. O motivo da alteração de alguns princípios primordiais é a internet. Actualmente, estamos todos conectados em rede, numa sociedade que está submersa num ambiente online. As redes sociais (*Facebook* e *Twitter*) e os novos meios de comunicação móvel (telemóveis com câmara e internet incorporados) mudaram o paradigma tradicional do jornalismo.

As revoluções da Primavera Árabe, no Médio Oriente e Norte de África, foram em muito ajudadas pela internet, principalmente pelas suas características de globalização, interactividade, rapidez e mobilização. Evidencio nesta abordagem o Egipto, como exemplo representativo de como a internet consegue ajudar um povo a atingir um objectivo, como, neste caso, organizar uma revolução.

Palavras-chave: Jornalismo; Redes Sociais; Primavera Árabe; Revolução; Egipto.

Abstract

This study presents a critical look at the changing role of journalism due to the introduction of the ICTs. The journalism of the 60's is very different from today's journalism. Internet is one of the main reasons of this change. Now, we are all connected in a network, in a society that is submerged in an online environment. Social networks as *Facebook* and *Twitter* and the new mobile communication equipments (i.e. smart phones with camera) changed the journalism traditional paradigm.

The Arab Spring revolution in Middle East and North Africa was possible also thanks to the internet which is characterized by globalization, interactivity, speed and mobilization. In this sense, Egypt is the better example of how internet could help people in achieving a common goal, like organizing a revolution.

Key Words: Journalism; Social Networks; Arab Spring; Revolution; Egypt

Índice

1. INTRODUÇÃO	1
2. JORNALISMO COMO PROFISSÃO.....	3
2.1. OBJECTIVIDADE JORNALÍSTICA.....	3
2.2. O FACTOR TEMPO.....	6
3. JORNALISMO COMO PODER DAS DEMOCRACIAS	9
3.1. AS FONTES OFICIAIS NO CONTEXTO JORNALÍSTICO	12
4. SOCIEDADE EM REDE: NOVA ERA DO JORNALISMO	15
4.1. REDES SOCIAIS: O QUE SÃO, COMO FUNCIONAM?	17
5. PODER DAS REDES SOCIAIS: CASO DO EGIPTO NA REVOLUÇÃO DA PRIMAVERA ÁRABE.....	27
5.1. CONTEXTUALIZAÇÃO GERAL DAS REVOLUÇÕES NO EGIPTO	29
5.2. PODER DAS REDES SOCIAIS NO EGIPTO	31
6. CONCLUSÃO	37
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	41

1. Introdução

“O jornalismo vive um período histórico importante, em que a sobrevivência dos jornais é questionada, tal como todos os processos que envolvem a actividade (...) Vive um novo desafio e que surge na consequência de (...) um avanço tecnológico, com consequentes mudanças em todas as esferas da sociedade. Na comunicação, muita coisa mudou, principalmente com o desenvolvimento da Internet e das mutações comunicacionais que ocorreram a partir dela.”¹

O jornalismo há muito que já não é o que era. A introdução das novas tecnologias de informação e comunicação mudaram muito a forma como se percepçiona o mundo. A imprensa, a rádio e a televisão já não supriam as necessidades das pessoas, que começaram a utilizar a internet como um meio de maior rapidez, maior interactividade e maior conhecimento. A internet engloba uma imensidão de conteúdos, porém, nem todos são passíveis de confiança por parte dos utilizadores deste meio. Esta profissão acarreta uma grande responsabilidade no que diz respeito a conteúdos e à sua credibilidade – as fontes.

Esta dissertação propõe-se explicar três pontos fundamentais, todos interligados entre si, de forma a clarificar a mudança do papel do jornalismo, por exemplo, com a chegada das redes sociais virtuais como o *Facebook*, *Twitter* e os *blogs*.

No primeiro capítulo, considereei pertinente uma breve explicação do jornalismo enquanto profissão, no que respeita aos seus primórdios e à ética e deontologia da profissão; factores importantes de trabalho como a objectividade (ponto chave da profissão) e a relação entre qualidade e tempo de difusão das notícias.

No segundo ponto, proponho uma análise baseada em diversos autores do jornalismo como um poder das democracias. Nos anos 60, surge uma potencial designação para o jornalismo – como “quarto-poder”² – que acaba por ser posta de lado, embora o jornalismo tenha um grande poder na sociedade actual, principalmente com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação. Com isto, será necessário explicitar conceitos como *Agenda-Setting*, todo o processo de “manipulação” de informação e a questão das fontes oficiais, de forma a crer num jornalismo credível e incisivo.

No terceiro capítulo, faço a ponte para questão primordial da dissertação, a sociedade em rede surge como uma nova era no jornalismo. Actualmente, a introdução da internet como um meio de comunicação e de informação das pessoas adquire um papel

¹ Jerónimo, Pedro: 2009

² Mesquita, Mário: 2003

muito importante. No entanto, surge a questão: será que esta globalização de informação a que estamos sujeitos poderá ser um motivo de conhecimento ou de desinformação?

Já que pressupõe sempre laços sociais, as redes sociais são mais do que redes virtuais, pretendo focar mais intrinsecamente a questão tecnológica das redes, uma vez que é o meu ponto de interesse para o capítulo seguinte.

A Primavera Árabe foi uma revolução muito recente com grande presença da internet e das redes sociais virtuais como mote de mobilização e acção contra os governos ditatoriais. Neste capítulo é importante perceber o que aconteceu no contexto das revoluções, o poder das redes sociais na revolução e o papel dos jornalistas nessa rede de mobilização. O caso do Egipto é o que estará no centro da análise, por ser um caso de forte imposição das novas tecnologias de informação e comunicação.

2. Jornalismo como Profissão

A profissão de jornalista é difícil e ambígua. Uma profissão que acarreta alguns constrangimentos, no que respeita ao “ambiente altamente imprevisível e em constante mudança”³. Na teoria, é um instrumento transmissor de notícias junto à comunidade, meramente informativo e pouco ou nada incutido de emoções. Como Anabela Gradim refere, os americanos sintetizam esta ideia muito bem com a ideia de “*Newsmen is no news*”⁴. Ou seja, em determinados contextos nem sempre é possível, manter o distanciamento que se deve, devido à proximidade das situações que ocorrem, no entanto, há que manter distância do acontecimento e passar a mensagem pretendida, de forma isenta, sem emitir juízos de valor, opiniões, e, de alguma maneira, manipular os leitores induzindo-os a retirarem determinado tipo de conclusões. E é esta situação não faz parte dos princípios éticos e do código deontológico do jornalismo.

Segundo Anabela Gradim, da Universidade da Beira Interior, “o jornalista tem de perceber que o critério de proximidade se aplica à proximidade do acontecimento com os seus leitores, e não com ele próprio”, para que o leitor/espectador “possa avaliar com outros olhos o acontecimento que relata”⁴.

No jornalismo, é pedido “seriedade, rigor e isenção”⁴. A falta destas qualidades será considerada como faltas de profissionalismo muito graves, pois mistura factos com opiniões e um aparente rigor por uma deliberada manipulação. Para que isto não aconteça, o jornalista é regido por um código deontológico e princípios éticos bastante rigorosos. Assim, mantém sempre um certo distanciamento das situações que relata e, caso haja um engano da sua parte ou da outra parte, assegura o cumprimento de regras de equidade e afastamento na apresentação dos factos. Aliás, segundo Fábio Henrique Pereira⁵, “a imagem do jornalista como mediador neutro, distante (e superior) aos jogos de interesse da sociedade, estaria subjacente ao ideal de objectividade na profissão”, característica que é essencial e exigida ao jornalista.

2.1. Objectividade Jornalística

Neste sentido, pondero ser necessário explicitar uma das características, consideradas primordiais no bom uso do jornalismo – a Objectividade. Ainda que seja um conceito muito controverso, é uma das grandes bases de actuação dos jornalistas, desde

³ Soloski, John, *in* Traquina, Nélson: 1999

⁴ Gradim, Anabela: 2000

⁵ Pereira, Fábio Henrique: 2004

sempre e que se mantém actualmente, embora não com a mesma força que nos primeiros anos da profissão.

Tentando definir este termo, segundo o Livro de Estilo de Público, objectividade é “entendida como um valor-limite e meta que se procura todos os dias alcançar, desde logo com exactidão dos factos relatados e a fidelidade das opiniões recolhidas”⁶. É o princípio de rigor que os jornalistas devem adoptar no tratamento de matérias de foro noticioso, recorrendo sempre à pluralidade de fontes que sejam obviamente fiáveis, à investigação constante sobre o que se está a tratar, e é importante ter personalidade forte para que o jornalista não se deixe arrastar por ideias pré-concebidas. Esta “regra” nunca, em qualquer circunstância, deve ser sacrificado a outros critérios que sejam aparentemente mais relevantes.

A noção de objectividade surgiu nos tempos modernos, vinculada essencialmente ao campo das ciências positivas. Devido ao alargamento dos públicos a quem os jornais se dirigiam, o número de alfabetizados cresceu bastante e deixaram de ser os mais cultos os únicos a ter acesso à imprensa, criando-se assim a necessidade de existir um relato válido para todos⁷.

A relação entre jornalismo e objectividade afirma-se na fase industrial da imprensa, mas é em meados do século XIX que a abordagem da objectividade adquiriu importância em Portugal. A imprensa começa a fazer distinção entre a notícia objectiva e o texto de opinião.

Nasce um novo paradigma no jornalismo português: “o jornalismo objectivo”. Começou-se a fazer escola disto em Portugal, mas não se conseguiu de todo abafar o chamado jornalismo de causas, carregado de ideologias.

A cultura jornalística ganhou, então, bases na prática do rigor informativo, tendo em conta um conjunto de valores profissionais, éticos e operativos. Gaye Tuchman, citado por Denis McQuail em *Teoria da Comunicação de Massas*, publicou um estudo nos anos 70, onde se referia a uma “concepção operativa da objectividade”. Nesta perspectiva, a objectividade era tida como um “ritual estratégico”⁸, cujo objectivo estava centrado na diminuição dos riscos corridos pelos profissionais tendo em conta as limitações a que a profissão obriga e as possíveis interpelações de outros actores, por exemplo, a apresentação de diferentes pontos de vista ou o recurso a citações.

Nesta altura, a objectividade já era vista como pedra de toque e modelo de imprensa nas democracias ocidentais. A exigência desta “posição de distanciamento e de

⁶ Livro de Estilo do Público: 2005

⁷ Mesquita, Mário: 2000

⁸ Schudson, Michael; in Traquina, Nelson: 1999

neutralidade em relação ao objecto a reportar”⁹ levou à necessidade de profissionalizar o jornalismo, que acontece nos anos 60, como “conquista de uma identidade e a evolução da cultura, da prática e do estatuto profissionais dos jornalistas”¹⁰.

Sara Pina, considera o conceito de objectividade, e associado a ele, o conceito de verdade são fundamentais nos códigos deontológicos. E é pelos critérios de honestidade do jornalista que devem “informar com verdade e rigor, através de uma dedicação honesta à realidade objectiva e com base numa exposição responsável dos factos no seu devido contexto” e, com isto, devem igualmente “recusar o sensacionalismo”, que vai contra a honestidade, o rigor e a boa fé do jornalista¹¹.

Nesta óptica, Denis McQuail afirma a objectividade como o meio de informação “sem distorção indevida nem intervenção dos próprios mediadores”. A objectividade é considerada um patamar ideal no papel profissional do jornalista, mas, para que o conceito seja levado em rigor, significa que terá obrigatoriamente de haver uma ausência de subjectividade e de envolvimento pessoal, transformando os jornalistas em meros observadores da realidade, sem compromissos¹². E, em certa parte, iria opor-se ao conceito de responsabilidade, visto que iria desresponsabilizar o jornalista das suas funções.

Como já percebemos em cima, esta necessidade de objectividade absoluta acaba por ser impossível de alcançar. E, nos Congressos dos Jornalistas Portugueses – em 1983, 1986 e 1998 -, ninguém teve a coragem de proferir a palavra “Objectividade”, a não ser para negar a sua existência ou apontar a sua ausência no panorama dos meios de comunicação nacionais. Sendo que o termo gera muita discussão, a vinculação à “objectividade” deixou de ser considerada e remeteu-se para outros conceitos – veracidade/verdade, honestidade, justeza, exactidão, lealdade, rigor, imparcialidade, isenção, honra, ética, entre muitos outros - que, no domínio da prática jornalística fariam mais sentido¹¹.

A prática jornalística pede, de forma assumida, a interpretação. Ou seja, pede uma subjectividade por parte do jornalista, uma selecção da realidade, que está presente em cada jornalista, enquanto profissional único e distinto, com liberdade para optar por certa e determinada escolha de um ângulo de abordagem de um assunto. E, nesta perspectiva, José Rebelo considera que o jornalista não é, justamente, um sujeito distante, “armado de

⁹ McQuail, Denis: 2003

¹⁰ Correia, Fernando; Baptista, Carla: 2005

¹¹ Pina, Sara: 2000

¹² McQuail, Denis: 2003

uma independência, de uma neutralidade sem falha”¹³. O jornalista não consegue um verdadeiro distanciamento do objecto na qual vai incidir a sua intervenção. Nem a nível cultural ou sociológico, nem temporal e espacial. Como salienta o filósofo francês Paul Ricoeur, “narrar é já reflectir sobre os assuntos narrados”. Nesta perspectiva, o jornalista tem de fazer uma selecção de notícias e escolher um ângulo de abordagem a cada um deles. Assim sendo, ao narrar determinada perspectiva em detrimento de outra, o jornalista já só conta ao público parte da realidade, a qual não é uma superfície lisa, pois o “acontecimento não acontece *per si*”.¹⁴

2.2. O Factor Tempo

Além de todas estas condicionantes da profissão, o jornalista tem um factor decisivo no seu ofício: o tempo. Hoje em dia, principalmente em ambiente online, é cada vez mais difícil fazer uma relação de qualidade da informação com o tempo que se tem para divulgá-la ao público. O processo de produção de notícias – liberdade de selecção, de relato e apresentação das “estórias” - está, actualmente, num ritmo completamente alucinante. Interessa, cada vez mais, a velocidade com que os conteúdos são disponibilizados. “Estamos numa era de proeminência da instantaneidade”¹⁵.

Já não se dá apenas prioridade às questões de qualidade das notícias, mas também à rapidez com que as pessoas as recebem. Será que a questão central – “o que é notícia?” – está bem consciente no trabalho dos profissionais do jornalismo? A noticiabilidade dos acontecimentos tem como base o que é “novo, estranho, insólito, desvio”¹⁶.

Desde sempre que ouvimos a expressão de que o que é notícia hoje, amanhã pode já não ser. No fundo, não passa de uma mercadoria, de carácter efémero e transitório. Além disso, “é altamente deteriorável. O seu valor de utilização baixa rapidamente”¹⁷. Os critérios editoriais utilizados pelos meios de comunicação social sugerem que a noticiabilidade da informação seja imediata, ou tanto quanto possível. Obviamente que, nos tempos de iniciação à profissão, estas “regras” não estavam tão bem estabelecidas nem tão bem pensadas. A imprensa, por exemplo, nunca conseguiu nem conseguirá dar uma notícia uns minutos depois de ter acontecido, pelas suas características óbvias. No

¹³ Rebelo, José: 2000

¹⁴ Rebelo, José: 2000

¹⁵ Gradim, Anabela: 2000

¹⁶ Soloski, Jonh, *in* Traquina, Nélon: 1999

¹⁷ Schlesinger, Phillip, *in* Traquina, Nélon: 1999

entanto, para reverter a situação, os jornais em papel criaram as suas páginas online, para que chegue a um ritmo célere ao público.

As redacções são regidas por *timings*. Este é um meio quase cronometrado. No entanto, é esta luta contra o tempo que move o trabalho dos jornalistas. É este carácter fetichista¹⁸ que dá prazer na produção do trabalho do jornalista. É o gosto pela adrenalina contra o tempo, todos os dias se vive em conta relógio. No entanto, a redacção de notícias vive do tempo. Quer da velocidade em que é escrita, quer do tempo que demora a ser publicada.

Como se sabe, “a duração de uma «estória» num boletim noticioso indica a sua noticiabilidade”¹⁸, ou seja, quanto maior é a novidade da notícia, maior é o seu valor e impacto. Daí que os jornalistas tentem ser os primeiros a estar no sítio certo, há hora certa.

A noção de imediatismo é muito pertinente neste contexto. Sugere “agitação, rapidez, imprevisibilidade”, características próprias da profissão. É o imediatismo que dá mais visibilidade à notícia, que inscreve valor no trabalho produzido, que é tratado como um “última hora”, normalmente, um acontecimento muito importante e de cariz inesperado. O jornalista tem de agir rapidamente, tomar decisões no “caos”, dentro de uma “atmosfera de desordenação”, que fazem com que este tipo de «estórias», sejam aquelas que estão mais próximas da “verdadeira essência da actividade jornalística”¹⁸.

Desde sempre, os conceitos de tempo compreendem uma parte essencial do trabalho jornalístico, assim como as exigências que lhe são postas pela organização das tarefas. O factor tempo e o momento oportuno para se dar a notícia são primordiais na função do jornalista. Como referiu o autor em cima citado, “o imediatismo pode ser aceite como uma verdadeira virtude”¹⁸.

O tempo do jornalista é mais do que uma simples resposta aos constrangimentos colocados no sistema de produção de notícias. Está relacionado com “um conjunto de ligações causais, entre as condições de mercado, dentro da qual a notícia é produzida, o próprio sistema de produção, os conceitos de tempo dos produtores, e o produto”¹⁸.

Esta é uma questão que pode criar alguma controvérsia no que diz respeito à relação do tempo de redacção de notícias e da qualidade da sua produção. No entanto, considero que não existe uma relação de causa-efeito. Tendo em conta as regras base do jornalismo, o seu código ético e deontológico, há certos aspectos que não podem sair descurados e, mesmo com a questão do tempo/ imediatismo, pode conseguir-se um produto com qualidade, com bom tratamento jornalístico.

¹⁸ Schlesinger, Phillip, in Traquina, Nélon: 1999

Porém, há outras questões relacionadas com o condicionamento da profissão, que devem ser retratadas nesta dissertação. O jornalismo não é só uma profissão com o seu ideal de responsabilidade de informar e comunicar, mas também está relacionado com a área comercial, com os lucros institucionais, etc, que limita a sua conduta enquanto jornalista.

No capítulo seguinte, este assunto será desenvolvido com mais detalhes.

3. Jornalismo como Poder das Democracias

Apesar de o jornalismo ser uma profissão com um forte ideal de serviço público, onde os profissionais desta área são vistos enquanto participantes activos do processo da construção da realidade, com grande independência e liberdade máxima para criar notícias, o jornalista depara-se com problemas no que respeita às organizações comerciais. Pelas suas características, tende a ter limitações no seu comportamento profissional. As suas normas deontológicas vão contra os intuítos lucrativos das organizações. José Barreiros refere que o facto de existir “uma oferta informativa abundante, se diversa, plural, completa e adequada aos diversos públicos, pode comportar significativos benefícios, desde que rentabilidade económica contabilize com serviço aos públicos e interesse público”¹⁹.

Daí que seja muito importante para o jornalista manter o seu estatuto e a seriedade no trabalho que realiza, uma vez que é visto como “comunicador desinteressado”²⁰ e, basicamente e primordialmente, tem como função primária informar com rigor e de forma isenta os seus leitores/espectadores, para mantê-los documentados do que se passa no mundo.

Nos anos 60, surge uma designação, ligada ao ideário romântico do jornalismo, onde o jornalista tem um *status* diferente das demais profissões – o jornalismo enquanto “quarto poder”. Esta concepção vincula-se aos processos de profissionalização do jornalismo no início do século XX.

Desde há, sensivelmente, um século para cá, o conflito entre média e poder tem sido uma questão actual, uma vez que poder já não é apenas associado a poder político e também porque os média já não têm uma relação de dependência com o poder político, e vice-versa.

Na realidade estamos a passar de um poder vertical, hierarquizado e autoritário para um poder horizontal, em rede e consensual. Existem muitos autores que defendem a ideia de que os média e o poder estão juntos numa “crise de valores”²¹. Neste contexto, é importante questionar o que acontece à imprensa e à informação, que constituem o chamado “quarto poder”²², em oposição aos três poderes tradicionais definidos por Montesquieu – o poder legislativo, o executivo e o judicial. E, nesta perspectiva, é necessário, antes de tudo, que os três primeiros poderes existam e continuem a ser

¹⁹ Barreiros, José: 2012

²⁰ Traquina, Nélon: 1999

²¹ Lopes, Rita: s.a

²² Mesquita, Mário: 2003

válidos. No entanto, a sociedade não se sente confiante em relação aos média, uma vez que os média se proclamam como um “contra-poder”, “dominados por um jornalismo reverente, por grupos industriais e financeiros, por um pensamento de mercado, por redes de convivência”²³.

Apesar de tudo isto, o jornalismo não é encarado como um “quarto poder”, numa altura em que os média estão inertes perante o sistema. Mário Mesquita pertence ao grupo de teóricos que afirma esta designação como “hipérbole”²⁴ e, ainda que no século XX, muitos profissionais referissem este poder para descrever a importância do jornalismo, actualmente encontra-se desactualizada e tem uma conotação irónica.

Nesta perspectiva, é importante referir uma importante teoria, que está na base da hierarquização de informação, muitas vezes é vista como manipulação da opinião pública e é decisiva na construção social da realidade – a Teoria do *Agenda Setting*.

Esta teoria está assente num efeito social dos média, que compreende a selecção, disposição e incidência em notícias sobre temas que o público terá mais interesse. Nesta base, estes estudos dos efeitos dos meios de comunicação dão-nos a entender como eles trabalham para a formação da opinião pública, na medida em que pautam as conversas interpessoais, com as notícias que publicam nos jornais, televisão, rádio e internet, proporcionando aos receptores a hierarquização de assuntos dos quais se devem falar. Segundo McCombs e Weaver, o “efeito de agendamento ocorre com pessoas que têm uma grande necessidade de obter informação sobre um assunto; devido a esta 'necessidade de orientação', estas pessoas expõem-se mais aos média noticiosos, provocando maiores efeitos de agendamento”²⁵. A realidade social passa a ser representada por um cenário montado pelos meios de comunicação de massa, pois, no geral, só temos conhecimento de assuntos que façam parte da agenda mediática.

A *Agenda Setting* é de origem americana e os primeiros estudos foram desenvolvidos pelos investigadores Maxwell McCombs e Donald Shaw, em 1972. A partir desta teoria, ganhou-se a percepção do poder que o jornalismo tem enquanto agente modificador da realidade social, com “capacidade em influenciar a projecção dos acontecimentos na opinião pública, confirmando o seu importante papel na figuração da nossa realidade, isto é, de um pseudo ambiente, fabricado e montado quase completamente a partir dos mass média”²⁶.

²³ Lopes, Rita: s.a

²⁴ Mesquita, Mário: 2003

²⁵ Traquina, Nélson: 2000

²⁶ McCombs e Shaw, in Traquina, Nélson: 2000

Isto traz consequências aos cenários públicos, realçando ou negligenciando alguns aspectos em particular. O público tende a incluir ou excluir conhecimentos, apenas porque os meios de comunicação de massa atribui importância (ou não) a determinados acontecimentos, pessoas ou problemas²⁷.

Segundo McCombs e Shaw, o mundo político é reproduzido de modo imperfeito pelos diversos órgãos de informação. Contudo, as provas de um estudo realizado pelos dois, de que os eleitores tendem a partilhar a definição composta dos meios de comunicação social acerca do que é importante, sugerem fortemente a sua função de agendamento²⁸. Em outro caso, como o de coberturas de eleições, fazem-se enquadramentos do assunto, acentuando determinado ângulo em detrimento de outro, possivelmente tão interessante e importante como o que é mostrado. O jornalismo acarreta a responsabilidade de ser “o fiel protector da democracia”²⁹.

Assim, conclui-se que os média têm muita influência sobre os eleitores ou, no mínimo, sensibilidade acerca das preocupações dos eleitores, o que nos leva à essência da teoria do *Agenda Setting*.

No entanto, muitos outros autores formularam esta hipótese do agendamento, tal como Lang e Lang, que denunciavam a hierarquização temática dos conteúdos pelos meios de comunicação social. Cohen, em 1963, anteriormente aos estudos realizados por McCombs e Shaw, referiu que “embora a imprensa, na maior parte das vezes, possa não ser bem sucedida ao indicar às pessoas como pensar, é espantosamente eficaz ao dizer aos seus leitores sobre o que pensar”²⁹. Todos estes estudos já identificavam a coincidência dos temas com as conversas interpessoais, mas não conceptualizavam como *agenda setting*. Muito antes da existência deste conceito, a imprensa já exercia o seu papel de estruturadora de percepções e cognições a respeito dos acontecimentos da realidade social.

Neste sentido, observa-se que a hipótese do *agenda setting* tornou-se relevante nos estudos de comunicação. E fica sempre a ideia de que é uma excelente forma de manipular a opinião pública, através do tipo de conteúdo que se noticia. No entanto, esta teorização já não é actual. Com o crescente de meios de comunicação e de informação, as pessoas têm possibilidade de obter informação na Internet. Hoje em dia, através deste meio, conseguimos ter uma informação “verdadeiramente global, e as limitações que se prendiam com meios periféricos e aspectos de distribuição são inexistentes”³⁰. Também se

²⁷ Wolf, Mauro: 2001

²⁸ Traquina, Nélon: 2000

²⁹ Silva, Francela Pinheiro: 2010

³⁰ Gradim, Anabela: 2000

dá muito valor à informação recolhida via *Facebook*, *Twitter* e/ou blogs, uma vez que a notícia se tornou ubíqua – está em todo o lado, de modo instantâneo.

Por outro lado, independente da questão do agendamento, noto pertinente a explicação da relação entre jornalismo cívico (no sentido que é dever do jornalista denunciar casos de injustiça, corrupção e ilegalidade dos quais os cidadãos são vítimas, por exemplo, como vamos ver no capítulo que aborda a questão da Primavera Árabe) com a ideia de responsabilidade social dos jornalistas, já que considero que os meios de comunicação têm ganho muita força e credibilidade entre a sociedade, aumentando o seu papel de transmissor de informação para um papel de transformador e "influenciador" da informação.

Baseando-me na perspectiva política, a este propósito, Renita Coleman cita Yankelovich quando este acusa "os média de alertarem a consciência do público acerca de assuntos e de depois não continuarem naquilo a que se chama a fase de trabalho até chegar a uma solução"³¹.

Sendo a agenda política a principal fonte de notícias dos jornalistas e, ao mesmo tempo, a informação política ser a que menos interessa à generalidade do público, encontra-se um problema grave no jornalismo actual. Por um lado, a responsabilidade social dos jornalistas faz com que estes não deixem de apresentar informação política, por outro lado são criticados por colocarem questões que não esclarecem o público, nem o ajudam a participar activamente na democracia. Podia-se dizer que os jornalistas são meros transmissores de notícias e que devem reger-se por critérios como considerá-las acontecimentos que se afastam do normal ou acontecimentos actuais.

Apesar de considerar esses critérios normais, seguir apenas os critérios de noticiabilidade seria negligenciar o carácter de responsabilidade social que os jornalistas devem ter. O grave problema que se pode apontar à informação política actual está relacionado com a falta de responsabilidade social dos média. Um jornalista deve ser muito mais mediador do que mero transmissor de informação, e, se o público tem grandes lacunas a nível político, o jornalista deve trabalhar a informação de forma que seja, de facto, útil e perceptível a esse mesmo público.

3.1. As Fontes Oficiais no Contexto Jornalístico

Na minha visão, é também pertinente focar e criticar o tratamento de informação política por jornalistas, que recorrem demasiado a fontes oficiais. Pode ser mais difícil

³¹ Traquina, Nélson; Mesquita, Mário: 2003

encontrar fontes não oficiais para falarem sobre casos políticos, mas esse é também um dos desafios do jornalismo, estando até presente no Código Deontológico do Jornalista de 1993: "o jornalista deve lutar contra as restrições no acesso às fontes de informação e as tentativas de limitar a liberdade de expressão e o direito de informar. É obrigação do jornalista divulgar as ofensas a estes direitos"³².

Rogério Santos, refere que "as fontes oficiais controlam a informação sobre o meio envolvente, em especial o mundo e a opinião pública" e acrescenta ainda que "quando o jornalista procura outras fontes - consideradas de menor peso - pode concluir uma versão da «estória» totalmente oposta"³³.

Os políticos usam todos os recursos que têm para cativar o público. Em plena campanha eleitoral é, muitas vezes, necessário ouvir fontes não oficiais para perceber o que está realmente em causa em determinados casos e perceber também o que deve ou não ser notícia. Tal como afirma Mário Mesquita, em relação ao poder político, a "notícia é tudo aquilo que eles não querem ver publicado; tudo o mais é propaganda"³⁴.

Neste panorama, a imprensa e todos os outros meios de comunicação social tornam-se vaidosos e em detrimento da ética jornalista, dão supremacia à competitividade das empresas jornalísticas no que diz respeito ao capitalismo, dando origem a um jornalismo primário, de índole sensacionalista e, até, fútil. O suborno, a ganância por dinheiro e pela fama e a falta de investigação dos factos ganharam aos princípios básicos do jornalismo, tais como honestidade, verdade e o "contrato" que o jornalista tem com a sociedade, deixando-se de preocupar com o seu dever de informar e focando-se no seu ego e realização pessoal.

Surge então uma era de grande mudança no que respeita ao jornalismo e a forma como se faz esta profissão. Deixa de haver apenas os três meios de comunicação tradicionais: imprensa, rádio e televisão; e entramos numa era de informação globalizada, chegando a um maior número de pessoas. É uma era em que a sociedade está ligada em rede, na internet e que os laços que se criam são online, com pouca relação física. No entanto, é nesta sociedade em rede que vou focar a minha análise, cujo impacto é brutal em termos da actividade jornalística e do público.

³² Código Deontológico dos Jornalistas: 1993

³³ Santos, Rogério: 2003

³⁴ Mesquita, Mário: 2003

4. Sociedade em Rede: Nova Era do Jornalismo

“O momento actual é marcado por assinalável turbulência e incerteza na sociedade e no sector dos média. A diversificada gama de meios derivados das redes digitais de telecomunicação propicia oportunidades de informar, comunicar e agir não disponíveis anteriormente, introduzindo uma mudança de paradigma que altera o negócio e mercado da informação (...) Os meios digitais em rede disponibilizam oportunidades poderosas, entranhadas de opacidades e ambivalências.”³⁵

Manuel Castells, então, evidenciou o conceito de sociedade informacional, global e em rede para identificar uma nova forma de economia. Nesta perspectiva, estamos perante um ponto de descontinuidade histórica, uma vez que “a emergência de um novo paradigma tecnológico organizado em torno de novas tecnologias da informação, mais flexíveis e poderosas, possibilita que a própria informação se torne o produto do processo produtivo”

³⁶.

Nesta perspectiva, Castells propõe o conceito de capitalismo informacional, que elege o paradigma das mudanças sociais que reestruturam o modo de produção capitalista, a partir dos anos 80. Trata-se de uma teoria que assinala uma nova realidade de práticas sociais geradas pela revolução da tecnologia concentrada nas tecnologias de informação, segundo considera o autor.

O sociólogo, na sua obra “*Sociedade em Rede*”, faz a distinção entre os conceitos de “sociedade da informação” e “sociedade informacional”. No primeiro caso, é destacado o papel da informação na sociedade. No segundo, está implicada a existência “de uma forma específica de organização social na qual a produção de informação, o seu processamento e transmissão se tornam nas fontes principais da produtividade e do poder”

³⁶.

Com isto, percebe-se dois pontos fundamentais que assentam no fenómeno das sociedades em rede – o Poder e a Experiência. A produção de conteúdos é uma acção do homem sobre a matéria, que é controlada através do poder de alguns sujeitos sobre outros. No entanto, a experiência está inserida num contexto pessoal, uma vez que se define como a acção dos humanos sobre si mesmos e é determinada pela interacção da personalidade e cultura de cada um com o ambiente social e natural onde está inserido. Porém, a necessidade humana para conhecer mais e mais, é uma mais-valia para a procura infindável de novas coisas³⁷.

³⁵ Barreiros, José: 2012

³⁶ Castells, Manuel: 2002

A produção está estruturada em relações de classe em que certos indivíduos, com base na sua posição, decidem a partilha e os usos (ou não) em relação ao consumo e ao investimento que é feito.

Um dos objectivos da produção de conteúdos é a fonte de produtividade (ideia da maximização do lucro) que, potencialmente, será. Contudo, e apesar da importância do Estado, do poder e do lucro, as sociedades em rede são fundamentais na acção do conhecimento sobre o conhecimento, que são a principal fonte de produtividade. É a informação e o conhecimento que determinam o desenvolvimento tecnológico.

Vivemos numa era de globalização, a qual é marcada por uma diversidade de culturas e ideologias, conectadas em rede, através da internet, a qual se constitui cumulativamente a principal ferramenta de organização da sociedade contemporânea. E, o conceito de sociedade em rede, está, precisamente, assente nas novas tecnologias de informação, onde se inscreve uma ordem social comum, onde os indivíduos se relacionam e partilham informação. A internet procura criar espaços de interacção social, com base em temas de interesse comum, como, por exemplo, política, economia, educação, desporto, etc. Em rede, os indivíduos estão aptos para trocar informação, debater sobre assuntos do seu interesse e relacionarem-se virtualmente. Estamos perante uma nova cultura comunicacional e informacional³⁷.

Como descreve Fuser, “o elemento mais significativo na implementação dessa nova cultura é, sem dúvida, a Internet. Criada em 1969 com o objectivo de garantir a comunicação militar e científica estratégica nos Estados Unidos, em caso de guerra nuclear, a Internet desenvolveu-se de rede essencialmente científica, financiada por recursos públicos, para, hoje, uma crescente utilização comercial, em que o comércio electrónico (*e-commerce*) e os negócios em rede (*e-business*) convivem com aplicações como correio electrónico, grupos de discussão, bibliotecas virtuais, jornalismo online”³⁸, etc. No fundo, isto está ligado à noção de liberdade de acção sobre a informação, que é percebida pelos jornalistas, no ambiente da Internet. O autor cita Castells, que vai ainda mais longe, dizendo que a Internet a base da sociedade em rede.

Quando nos referimos ao jornalismo, temos presente uma “morte anunciada”, pelo menos no que respeita à informação de massas. Sendo que cada vez mais as pessoas consomem conteúdos gratuitos e se interessam por emoção e divertimento e apenas uma minoria se interessa por conteúdos de qualidade e se presta a pagar por isso, pode-se afirmar que o jornalismo poderia tornar-se um consumo das elites. No entanto, isso seria quebrar o direito à informação, que é um direito democrático de todos. Segundo Gustavo

³⁷ Castells, Manuel: 2002

³⁸ Fuser, Bruno: 2005

Cardoso, tudo isto depende da “literacia informacional”, do domínio da mediação e da capacidade de produzir e distribuir conhecimento. O autor acredita num “novo paradigma da participação dos indivíduos na sociedade global”³⁹.

Citando o professor José Jorge Barreiros, “um dos sentidos de participação tem a ver com partilha, troca e cooperação, agora simplificada entre sujeitos espacial e temporalmente distantes. Os meios em rede permitem acesso à experiência pessoal, profissional, cultural e socialmente relevante; propiciando relacionamento, afinidade, confronto e colaboração com repercussão na experiência dos envolvidos, de modo difícil de acontecer por outros meios (...) Noutro plano, participação significa mobilizar contactos e dados pessoais, saber, disponibilidade e criatividade de gente comum”⁴⁰.

Os meios de comunicação social tradicionais não foram ultrapassados, simplesmente tiveram de se adaptar e de se prolongar pela internet. Ganharam “mais vida”, interactividade, partilha alargada e mais audiências e receitas. Apostaram o seu futuro na internet, no entanto, o risco é grande no que toca a filtrar e comprovar toneladas de informação que circula na rede, talvez, grande parte dela, imprecisa e especulativa.

Um caso que é importante referir quando se fala de sociedade em rede, é o das redes sociais. Como se sabe, as redes sociais operam em diferentes níveis, seja a nível de relacionamento pessoal, profissional ou política. O ponto comum de todos estes níveis está, portanto, na partilha de informação, conhecimento e interesses comuns da sociedade. Com isto, as redes sociais reflectem um processo de fortalecimento das sociedades, uma vez que se contextualizam numa maior participação democrática e conseguem mobilizar um número de pessoas que, em tempos passados, se considerava impossível. Os actores sociais criam vínculos – através das redes – que se manifestam através de fluxos informacionais – unidireccionais e bidireccionais³⁹.

Nesta fase, é então importante e necessário perceber o que são as redes sociais.

4.1. Redes Sociais: o que são, como funcionam?

Estamos perante um conceito com duas vertentes: a vertente pessoal e a vertente virtual. Ou seja, as redes sociais são além do *Facebook*, *Twitter* ou *Linkedin*. São mais que meras páginas pessoais dos utilizadores. Além de serem diferentes, têm públicos diferentes. Com isto, precisa-se de entender as redes sociais, cada uma com a sua especificidade.

³⁹ Cardoso, Gustavo: 2006

⁴⁰ Barreiros, José: 2012

Gustavo Cardoso em “*Mudança Social em Rede. Um outro olhar sobre as redes sociais*”, descreve as redes sociais de uma forma não tão tecnológica: “As redes sociais são o que sempre nos acompanhou enquanto sociedade quando nos deparamos na nossa relação diária com família, com amigos, no trabalho ou quando surge a necessidade de nos juntarmos a outros para atingir objectivos comuns. O que importa é distinguir o modelo de organização social, a rede, do instrumento tecnológico de mediação, ou seja, distinguir entre as nossas relações sociais e o instrumento tecnológico de mediação do relacionamento.”⁴¹

É, então, importante discernir que as redes não são apenas a mediação entre os sujeitos e a sociedade, mas são as relações pessoais e familiares, ou seja, o fortalecimento de laços sociais, como um jantar de família. “As redes sociais que criamos quando fazemos uso do *Facebook*, *Hi5* ou quando passamos SMS em cadeia são, antes de serem tecnologias de mediação de redes sociais, pessoas ligadas em redes de relacionamento social, interagindo. Quando nos encontramos com amigos num café, com a família numa celebração ou com os colegas de trabalho num evento estamos a lidar com as nossas redes sociais⁴¹.” No entanto, as redes sociais podem afastar os indivíduos ou ajudar à integração social, uma vez que “podem aumentar o número de laços fracos que um indivíduo pode criar e manter, pois estas tecnologias tornam mais fácil e menos custoso manter esse tipo de sites. Podemos assim argumentar que, as redes sociais mediadas introduzem uma gestão muito mais flexível, adaptável e reestruturável dos nossos laços fortes e fracos e consequentemente do nosso acesso a apoio social, emocional e informação”⁴¹.

Dentro deste ponto, é pertinente referir uma formulação teórica de Manuel Castells – “cultura da virtualidade real”⁴². Como se sabe, as culturas consistem em processos comunicacionais que não separam a realidade em si mesma da representação simbólica. O que significa que, cada vez mais, as relações humanas vão ter lugar num ambiente multimédia. O que pode desencadear o fenómeno da “Domesticação”, conceito usado por Roger Silverstone, por volta de 1990. O autor sugere que as tecnologias da informação e da comunicação, sendo adquiridas no domínio público e tornadas parte de casa, tendem a ser domesticadas. Ou seja, os consumidores moldam e são moldados por estas tecnologias. Com isto, percebemos que o conceito de rede tem uma perspectiva bidireccional, uma vez que o seu consumo pode ser feito em casa, mas também no espaço público.

⁴¹ Cardoso, Gustavo: 2010

⁴² Castells, Manuel: 2002

No entanto, para Manuel Castells, ficámos órfãos geograficamente. A relação tempo-espço deixa de existir e estamos numa fase de desterritorialização, o que significa que, na lógica organizacional, não há dependência de um determinado espaço, como acontece com empresas que estão localizadas numa determinada morada. Esta lógica assenta no espaço dos fluxos, logo, menos indulgente à influência da sociedade. A globalização tem, de um lado, o espaço dos fluxos e quem o domina e, de outro lado, o espaço daqueles que têm menos formação, sem poder para investir, sem capacidade de negociação⁴¹. “Pode-se, assim, visualizar uma sociedade que mudou a dinâmica nas relações que envolvem troca de informações, migrando do meio geográfico (físico) para o meio virtual oferecido pelas redes”⁴³.

Estas duas perspectivas mostram bem a incidência que estas redes, seja pessoal ou virtual, têm na sociedade, uma “sociedade mundial”, que chega a todos e tem a participação de todos.

No entanto, no contexto desta dissertação, apesar da distinção de redes sociais ser vista como pessoal ou virtual, decidi focalizar a minha análise na questão virtual, no que diz respeito à internet (*Facebook*, *Twitter* ou *blogs*). Assim, e pondo de lado a ideia de redes sociais enquanto laço social existente entre a sociedade, importa percebê-las enquanto meio, que funciona igualmente em ambiente *online*.

Neste sentido, as redes sociais são utilizadas perante três princípios: como “fontes de informação”; como “feedback”; e como “espaço de actuação” social⁴⁴.

No primeiro caso, “o jornalista tem acesso a um número infinito de fontes, mais especializadas e até mesmo com maior credibilidade e a um número infinito de informações que podem gerar notícias. Essa característica pode ajudar a encontrar um especialista mais apropriado para comentar um determinado tema ou mesmo receber uma informação em primeira mão de alguém que está presente ou próximo do ocorrido”⁴⁴. Assim, consegue-se chegar mais perto das pessoas, observar as suas publicações e, a partir daí, constrói-se informação mais perto dos grupos sociais que pretendemos abordar.

No que respeita às redes sociais enquanto “feedback” dos veículos jornalísticos, a questão predominante é o reflexo de determinada notícia em determinado grupo social, uma vez que se uma notícia for “bem-feita pode gerar comentários, discussões e ser propagada dentro dos grupos sociais de forma a amplificar o seu impacto”, por outro lado, se for mal feita “pode ser rapidamente desmentida e ridicularizada pelos grupos sociais”⁴⁴. Quantas vezes nos deparamos no *Facebook*, por exemplo, com partilhas de notícias de boas reportagens, boas notícias (efeitos positivos) ou de *fails* televisivos, gralhas nos

⁴³ Ijuim, Jorge; Tellaroli, Taís Marina: 2008

⁴⁴ Recuero, Raquel: 2009

rodapés (efeitos negativos). Esta interacção entre grupos pode oferecer clareza ao meio naquilo que deve fazer melhor, naquilo que os públicos gostam ou até naquilo que os insatisfaz. Daí que se defenda que a conexão das pessoas em rede leva a uma amplitude dos canais de informação e a uma “maior capacidade de receberem informações relevantes”. E, por isso, é importante a existência de “notícias especializadas, focadas e localizadas”, com uma forte possibilidade de serem “bastante ampliadas nas redes sociais, gerando também valor para o veículo”⁴⁵.

Por fim, as redes sociais como “espaço de actuação” são também um elemento de difícil compreensão para o jornalismo tradicional, no entanto, “estar presente onde está seu público é uma característica dos veículos jornalísticos” de grande importância. “Utilizar esses sites para comunicar, interagir, obter informações, complementar informações”, “espaço de debate”, “e mesmo anunciar novas notícias é relevante”⁴⁵. Como já referi num capítulo anterior, o factor tempo é fundamental e quanto mais rápido se anunciar as notícias às pessoas, mais impacto têm. E, como sabemos, o jornal tradicional em papel, apesar de actual, não é imediato. Provavelmente por esse motivo, haja jornais que já aderiram à Internet como modo de difundir a informação ao minuto, por exemplo, através de uma página de *Facebook*. Isto significa que alguns dos jornais se estão a adaptar a uma nova realidade, “já ultrapassaram a barreira de criar e manter um *website* com notícias relevantes, focadas, e com a produção específica de informações para a Web”⁴⁵.

Significa, portanto, que estamos perante uma sociedade globalizada, mas existe um elemento, muitas vezes, oculto no debate do papel da tecnologia na mudança social e histórica que não pode ser ignorado – o Estado. Segundo Manuel Castells, para se entender a relação entre tecnologia e sociedade é necessário apreender que o estado pode interromper, promover ou, simplesmente, liderar a inovação tecnológica. E, este facto, constitui-se um factor decisivo na medida em que organiza as forças dominantes num determinado momento histórico⁴⁶.

O fluxo de informação crescente fez com que existisse uma luta constante pelos Estados para manterem a sua identidade local, no entanto, são, de certa forma, obrigados a ceder para serem aceites e para se enquadrarem numa economia global.

Actualmente, estamos diante uma informação que já não actua apenas sobre a tecnologia, mas sim, as tecnologias actuam sobre a informação, no sentido que todas as actividades humanas e todos os processos da vida pessoal e colectiva são influenciados por uma lógica de rede (interacção), por uma flexibilidade (mudança) e por uma convergência de tecnologias num sistema integrado (procura de ordem). E, com o avanço

⁴⁵ Recuero, Raquel: 2009

⁴⁶ Castells, Manuel: 2002

das tecnologias interactivas, as sociedades competem para estar na rede e em rede, porque, o estar “conectado” (criação de laços), é o novo valor da sociedade contemporânea⁴⁷.

Regina Helena Alves da Silva, directora do Centro Cultural da Universidade Federal de Minas Gerais, considera que, “hoje, a globalização, os avanços tecnológicos e os efeitos sobre o trabalho, a constituição da sociedade informacional, a ocidentalização da cultura e super exposição dos média, são processos contemporâneos que produzem mudanças nos modos de estar, desarticulam formas tradicionais de coesão e modificam modelos de sociabilidade”⁴⁸.

Com isto surge uma questão no que se refere à Sociedade em Rede: Será que é uma fonte de Conhecimento ou de Desinformação? Considerei primordial a referência à teoria do “*Knowledge-Gap*” ou hipótese do diferencial do conhecimento. Esta teoria insere-se nas teorias dos efeitos dos média ao nível da cognição, isto é, os efeitos dos média como efeitos, que se vão acumulando e que moldam a nossa percepção da realidade. Esta teoria foi fundada nos anos 70, por P.J. Tichenor, G.A. Donohue e C.N. Olien, que defendiam que os meios de comunicação de massas são responsáveis pelo aumento da diferença de conhecimento entre os grupos sociais, ou seja, quando os níveis de informação fornecida pelos meios de comunicação aumentam num sistema social, os grupos socioeconómicos de estatuto mais elevado adquirem a informação a um ritmo mais rápido que os grupos socioeconómicos de estatuto mais baixo. Assim, a diferença do conhecimento entre estes grupos aumentou. No entanto, isto não vem afirmar que as classes mais baixas estão totalmente desinformadas, pois a repetição dos meios de comunicação faz chegar mais facilmente certos temas a estas classes. O que se verifica efectivamente é o crescimento do conhecimento relativamente maior nas classes mais altas⁴⁹.

No entanto, a sociedade em rede contribui para um conjunto de tecnologias da informação utilizado no processamento e organização das informações produzidas pela sociedade, permitindo o acesso a todos os indivíduos e tentando evitar a infoexclusão ou a exclusão social.

Existe uma relação entre a instrução e a aquisição de conhecimento sobre assuntos públicos e sobre ciência a partir dos meios de comunicação. Quando um indivíduo tem mais educação formal, tem um maior grau de conhecimento, pois, os indivíduos ao treinarem as suas capacidades estão prontos para uma melhor compreensão das notícias.

⁴⁷ Recuero, Raquel: 2009

⁴⁸ Silva, Regina Helena Alves: 2004

⁴⁹ Tichenor, P. J., G. A. Donohue e C. N. Olien: 2002

As pessoas mais instruídas estão inseridas em várias esferas sociais e grupos de referência, promovendo o debate sobre questões científicas e assuntos públicos. Assim, revelam um maior interesse e consciência sobre estas questões, têm uma exposição extensiva aos conteúdos e demonstram uma maior abertura para as novidades. As pessoas mais instruídas estão melhor preparadas para absorver a informação e organizá-la cognitivamente. A hipótese do «diferencial do conhecimento» vem explicar o aparente fracasso da publicitação da comunicação de massa na informação do público em geral⁵⁰.

As pessoas desinformadas permanecem nesse estado, excepto se receberem estímulos exteriores, contrariamente às pessoas informadas que procuram conhecimento continuamente e voluntariamente. As pessoas podem treinar as suas capacidades para a aprendizagem de assuntos públicos, uma vez que à medida que as pessoas aprendem mais, o seu interesse aumenta, querendo assim aprender ainda mais.

Os factores «instrução», «interesse» e «exposição» são interdependentes, uma vez que as pessoas mais instruídas têm um maior interesse e estão melhor informadas, sendo desta forma mais facilmente atingidas pelos conteúdos. O crescente distanciamento do conhecimento ocorre como resultado dos sistemas de difusão de informação nas nações em desenvolvimento⁵⁰.

Tudo isto pode dever-se a factores como: competências comunicacionais (os indivíduos com maior instrução têm mais capacidades de leitura), a quantidade de informação armazenada ou conhecimento prévio dos temas através dos média ou da própria formação (as pessoas que dispõem de mais informação estão melhor preparadas para compreender a informação), o contacto social relevante (um grau de instrução maior determina uma esfera mais ampla e o acesso a grupos de referência e a contactos interpessoais, incentivando o debate), a exposição, atenção e retenção selectivas da informação (a selectividade não resulta de um critério de atitudes mas sim de diferenças do nível de instrução) e, por fim, a natureza dos sistemas de comunicação de massa responsável pela difusão da informação (que, no caso da ciência e dos assuntos públicos, a sua maioria era mais focada pelos meios impressos, que são orientados de acordo com os gostos e interesses dos estratos da população mais elevados)⁵⁰.

Segundo P.J. Tichenor, G.A. Donohue e C.N. Olien, apesar de as pessoas de instrução mediana não compreenderem tão bem os assuntos tratados nas áreas da medicina e biologia, elas têm um interesse elevado por este tipo de temas. No entanto, há uma diferença de compreensão entre os temas que são mais publicitados e os que são menos. Verifica-se que estas pessoas têm mais facilidade em compreender os temas que

⁵⁰ Tichenor, P. J., G. A. Donohue e C. N. Olien: 2002

mais vezes surgem nos meios de comunicação, o que não acontece quando se tratam de pessoas com um nível de instrução mais elevado⁵¹.

Conclui-se então que a maior parte dos dados tende a ser consistente com a hipótese do «crescente diferencial de conhecimento», na qual os meios de comunicação têm um impacto massivo.

Os meios de comunicação de massa parecem ter uma função semelhante à de outras instituições sociais: reforçar ou aumentar injustiças existentes. No entanto eles têm recursos limitados: a cobertura dos meios de comunicação tende a esmorecer antes que deixe de existir um diferencial de conhecimento, ou seja, não há tempo para que as pessoas menos instruídas acompanhem, absorvam e compreendam a informação pois está-se constantemente a passar para um novo tema. Um novo desenvolvimento ou descoberta torna imediatamente ultrapassados os temas das notícias do dia anterior⁵¹.

Segundo os autores, a perspectiva de anular o diferencial de conhecimento em áreas gerais de ciência e de assuntos públicos, a partir dos meios de comunicação de massa, parece, por isso, sombria. Outros sistemas de difusão de informação de massa podem evitar que a população de estatuto mais baixo se afaste ainda mais em termos da sua relativa familiaridade com acontecimentos e descobertas de actualidade⁵¹.

A criação de diferenciais mais elevados de conhecimento na sociedade pode ser uma vantagem na medida em que é um factor central de mudança futura. Uma vez que as pessoas mais instruídas se encontram na vanguarda da mudança social e tecnológica, este factor pode ser socialmente funcional. Pode por outro lado ser uma desvantagem na medida em que pode conduzir a um aumento da tensão no sistema social.

No entanto, hoje em dia com a inserção da internet na vida das pessoas, este paradigma mudou. Praticamente todas as pessoas, de todas as classes e escalas sociais, conseguem, seja de que maneira for, ter acesso a este meio global, que chega a todos os cantos do mundo. E, neste caso, o jornalismo está actualmente num processo de viragem com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação a pautar a mudança dos ideais tradicionais do jornalismo (difundindo a informação por via dos jornais, rádio ou televisão). Com a inserção de redes sociais e *blogs* no quotidiano das pessoas, há cada vez mais formas da sociedade se informar e, até, informar os outros.

O jornalismo é uma actividade em constante mudança, tem sempre de se adaptar a todos os meios que vão surgindo. Não se deve considerar as redes sociais como o *Facebook* e o *Twitter* e os *blogs* como “canais” incompatíveis do jornalismo, mas sim como canais complementares, onde se concentra mais informação, diferentes pontos de vista de

⁵¹ Tichenor, P. J., G. A. Donohue e C. N. Olien: 2002

um assunto, no sentido em que faz “parte de todo um contexto mais complexo e estruturado”. No fundo, o jornalismo está numa “era tomada por redes digitais conectadas em rede que dão voz a centenas de milhões de possíveis colaboradores”⁵².

Neste contexto, o jornalismo deve ser, também, as redes sociais. Devemos desformatar dos modelos tradicionais de comunicação e destacar a importância do que chamamos “informação ao segundo”, numa escala global. Hoje em dia, graças a internet e às redes sociais virtuais, temos acesso privilegiado a informação vinda de qualquer canto do mundo. A comunicação em ambiente digital faz com que a notícia seja dada dentro da noção de “imediatismo”⁵³. A internet trabalha com rapidez e instantaneidade. Já não há espaço para um jornalismo tardio, com notícias do dia ou de dias anteriores.

Segundo Cleyton Torres, do Observatório de Imprensa do Brasil, referindo o caso da imprensa escrita, “reportar algo dias depois já não faz o menor sentido”⁵².

No entanto, considero que o jornalismo deve entrar numa parceria com as redes sociais, uma vez que são um meio informativo e até colaborativo que está a solidificar-se a cada dia. No entanto, é importante perceber que nem tudo o que está na rede é confiável e, de facto, informação credível. Há muitos casos de difamação, de fontes inexistentes e boatos que se criam no ambiente online, que não devem nem podem ser creditados.

Apesar de todos estes riscos, as redes sociais não podem ser vistas como “meros canais expositivos e não participativos”⁵² de conteúdo pessoal dos utilizadores. O digital é um meio em ascensão e não deve ser menosprezado. Na realidade, é o meio que dá mais velocidade à globalização da informação e comunicação no mundo. É um veículo em que se consegue a transmissão e a absorção de “todas as possibilidades e exigências que o universo digital propõe”⁵⁴.

Qual é o papel do jornalismo neste ambiente? O jornalismo que se faz em ambiente online não pode ser considerado como fonte credível? Pode-se considerar um jornalismo objectivo?

De facto, o ambiente mediático neste ritmo alucinante da novidade tem de ser revisto, no sentido ético e deontológico da profissão. Mesmo já tendo discutido este conceito no capítulo anterior, a objectividade é um aspecto fundamental, no que respeita ao ambiente online. Todos sabemos que jornalismo deve ser uma profissão neutra e assertiva, no entanto, e principalmente nos *blogs* e nas redes sociais, emergiu um género de “jornalismo de opinião”, que, de algum modo, mistura os conceitos de informação e opinião.

⁵² Torres, Cleyton Carlos: 2012

⁵³ Schlesinger, Phillip; *in* Traquina: 1999

⁵⁴ Del Bianco, Nelia: 2008

E, de há uns anos para cá, o jornalismo tem cada vez mais um ideal opinativo e os formatos modificaram-se com esta realidade.

Assim, há uma tendência, que, na minha opinião, é pouco correcta. O jornalismo tende a ser mais transparente, de facto, mas tende também a ser mais pessoal, incitando os públicos a tirar conclusões e interpretações, mas não de um modo imparcial. Isto acontece num ambiente ainda pouco explorado no que respeita à objectividade. O ideal seria redefinir o conceito e adaptá-lo a esta realidade, que cada vez é mais emergente como meio de informação e comunicação entre a sociedade. E, sem dúvida, “as novas ferramentas digitais colaboram para reestruturar o exercício da profissão, a produção industrial da notícia, as relações entre as empresas de comunicação com as fontes, a audiência, os concorrentes, o governo e a sociedade”.⁵⁵ Desta forma, com a internet, tem-se acesso a uma quantidade enorme de informação, com todos os ângulos de abordagem possíveis – nem que seja em blogs, com opiniões de especialistas ou de pessoas que gostam de fazer uma crítica pessoal aos assuntos. Assim, a tendência poderá ser alterada, ou pelo menos, as pessoas podem tirar as suas próprias ilações com conhecimento de todo o assunto.

De seguida, encarei o exemplo do Egipto, no âmbito das revoluções da Primavera Árabe, no Médio Oriente e Norte de África, como um bom exemplo para percebermos o poder eminente das novas tecnologias de informação e comunicação, principalmente, o *Facebook* e os telemóveis num contexto de manifestações e contestações políticas. Neste contexto, explicitarei as contribuições dos jornalistas na rede, no valor da sua intervenção nestas revoluções, que foram, de facto, muito importantes, uma vez que os activistas surpreenderam os ditadores com a rapidez de propagação da informação. “A maioria dos regimes autoritários não tem, ainda, compreensão mais sofisticada dos meios de comunicação social”⁵⁶.

Desta forma, como é que os manifestantes conseguiram, num regime tão fechado e autoritário, ser bem sucedidos? Qual o valor da intervenção do jornalismo e das redes sociais nestas revoluções? Estas são questões que serão respondidas no capítulo seguinte.

⁵⁵ Del Bianco, Nelia: 2008

⁵⁶ Howard, Philip, chefe do projecto e autor de “The Digital Origins of Dictatorship and Democracy”: 2010; in Coelho, Luciana: 2011

5. Poder do Jornalismo e das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação: O Caso do Egito na Revolução da Primavera Árabe

A Primavera Árabe marca um novo cenário político no mundo. As ondas revolucionárias que se viveram desde Dezembro de 2010 até ao presente despoletaram diversos conflitos em todos os países do Médio Oriente e Norte de África⁵⁷.

Através campanhas de resistência civil como greves, manifestações e até o uso dos meios de comunicação social, principalmente o *Facebook*, *Twitter* e *Youtube*, conseguiu-se organizar, comunicar e sensibilizar toda a comunidade local e internacional para as revoluções que se tem vivido, no que diz respeito a repressões e censura por parte dos Estados.

Com a ajuda das novas tecnologias de comunicação e informação foi possível que estas manifestações de descontentamento chegassem a todo o mundo pela internet. A utilização destas “armas” foi primordial para mudar o ambiente ditatorial e repressivo que se vivia no Médio Oriente e Norte de África. Estes protestos foram iniciados principalmente por jovens, num movimento anti-Mubarak, que foi chamado de “Movimento do 6 de Abril”⁵⁸, tema que será desenvolvido em seguida.

Até hoje, registaram-se três quedas de regimes: o presidente da Tunísia – Zine El Abidine Ben Ali; o presidente da Líbia – Muammar al-Gaddafi; e o presidente do Egito – Hosni Mubarak – que renunciou ao poder em Fevereiro de 2012, depois de um mandato de 30 anos.

Existem, no entanto, vários motivos que despoletaram estas revoluções. Entre outras, as condições de vida duras, a crise económica, regimes ditatoriais (autoritários e até corruptos) que pouco ou nada representavam a população, dando a ideia de injustiça social e política dos governos, a falta de liberdade de expressão, a violência policial, as leis de estado de excepção, a promoção do desemprego, o desejo de aumento do salário mínimo, inflação, corrupção, más condições de vida em geral e a influência sobre actores externos e internos foram causas motivadoras para as revoltas populares, que, se não fosse desta forma, teriam permanecido latentes⁵⁷. Além disto, há motivos muito próximos das pessoas. Actualmente, em Portugal, estamos a viver uma situação um tanto ou quanto semelhante no que diz respeito a estes aspectos. As pessoas estão a sair à rua, a manifestar os seus direitos. A grande diferença entre Portugal e os países de Médio Oriente é que nós vivemos em democracia. Resta saber até quando...

⁵⁷ Silva, Raquel Matos: 2011

⁵⁸ Artigo escrito pela Agência France Presse: 2011

O facto é que o Egipto sofre com uma emergente crise de superpopulação que tem sido a causa de problemas graves de pobreza, saúde, educação, habitação e também de problemas relacionados com a falta de terras férteis disponíveis.

A volatilidade dos protestos e as suas implicações geopolíticas chamaram a atenção global. Além dos protestos e revoluções provenientes desde as décadas 1950 e 1970, nascidos dos nacionalismos árabes, há, obviamente, outras causas que fizeram acontecer a Primavera Árabe⁵⁹.

Parte tudo da Tunísia, quando um jovem se amolou, num protesto pessoal contra as condições de vida proporcionadas no seu país de origem. Este acto terminou com a sua própria morte e foi o mote para iniciar o que se viria a chamar de Primavera Árabe, que representa a queda de grandes líderes e que o povo está disposto a lutar pelos seus direitos.

Nos próximos desenvolvimentos, vou centrar-me mais no caso do Egipto, no respeito à contextualização histórica no âmbito das revoluções e, seguidamente, o foco será a questão do papel proeminente das novas tecnologias de comunicação e informação, principalmente as redes sociais virtuais na revolução egípcia.

Mas será que podemos apelidar estas revoluções como um Movimento Social?

Para Della Porta e Diani, “os movimentos sociais compreendem necessariamente três componentes: relações de conflito; redes intrincadas entre os actores envolvidos; e uma identidade colectiva, duradoura, que vai para além da vontade singular ou do mero evento delimitado no tempo”.⁶⁰ De facto, o aparecimento de um movimento social pressupõe que existam indivíduos envolvidos numa relação de conflito, com adversários identificados (manifestantes pró e contra Mubarak) e procurando o controlo de um mesmo objecto (queda do regime). “Aqueles directamente envolvidos em movimentos sociais deverão ser considerados desafidores/ defensores da autoridade institucional existente, seja ela de índole política, corporativa, religiosa ou educativa”⁶¹.

Esta coordenação de iniciativas e definição de estratégias dependem de tratos entre os indivíduos e as organizações envolvidas, neste caso, o governo egípcio. Existem vontades comuns de diferentes actores. Os manifestantes uniram-se por uma causa, pela queda do governo, por desejarem uma vida mais digna, liberdade de expressão e de opinião. Queriam o fim da opressão em que viviam desde há 30 anos.

⁵⁹ Silva, Raquel Matos: 2011

⁶⁰ In Cardoso, Gustavo; Lamy, Cláudia: 2011

⁶¹ Snow, Soule, Kriesi: 2007, citados em Cardoso, Gustavo; Lamy, Cláudia: 2011

Esta “identidade colectiva que traduz um compromisso com a causa”⁶² está relacionada com a frente activa de um movimento social. Como afirmaram Della Porta e Diani, esta “dinâmica de um movimento social encontra-se em curso quando episódios individuais de acção colectiva são percebidos enquanto componentes de uma acção mais duradoura, em vez de discretos eventos”⁶³.

5.1. Contextualização Geral das Revoluções no Egipto

Para entender melhor a revolução no Egipto, é necessário, numa primeira fase, compreender todo o seu processo histórico e cronológico.

Desde 1981 que Hosni Mubarak ocupou o cargo de Presidente do Egipto, como líder do Partido Democrático Nacional, num regime unipartidário e autoritário. Governou 30 anos, sendo o presidente que teve mais tempo no poder na história do Egipto e tendo sido “expulso” da liderança do país pelos próprios cidadãos egípcios.

Todo este (longo) processo de “libertação” destes países dos regimes opressivos em que viviam inicia com um acontecimento trágico na Tunísia, que desencadeou inúmeras e enormes manifestações e o ditador tunisino viu-se mesmo obrigado a abandonar o poder do país, que detinha há 23 anos. Por sua vez, a Tunísia assistiu, poucos meses depois, às primeiras eleições democráticas da sua história. Este exemplo inspirou outros países, neste caso, interessa focar, principalmente, o Egipto.

O Egipto foi o segundo país árabe que derrubou um ditador no contexto destas revoluções. O povo saiu à rua, para a Praça Tahir, no Cairo, para manifestar o seu descontentamento pelo governo de Hosni Mubarak, há 30 anos no poder. Foram 18 dias intensos de manifestações e muita violência por parte da polícia⁶⁴.

Passo a fazer uma breve explicação de um desenrolar de acontecimentos que decorreram nestes protestos no Egipto:

Dia 25 de Janeiro de 2011 foi quando iniciaram os protestos em várias cidades do Egipto, incluindo o Cairo. Mais de 15 mil pessoas ocuparam a Praça Tahir, com revoltas violentas, por parte dos manifestantes e das forças policiais. Começam a morrer pessoas e começam a incendiar prédios. Pelo descontrolo da situação, o exército egípcio é chamado para dar apoio à polícia local.

As ruas são tomadas por milhares de manifestantes, que continuam empenhados na luta pelos seus direitos. Com a conivência da legislação egípcia, o governo derruba a

⁶² Snow, Soule e Kriesi: 2007, citados em Cardoso, Gustavo; Lamy, Cláudia: 2011

⁶³ Cardoso, Gustavo; Lamy, Cláudia: 2011

⁶⁴ Silva, Raquel Matos: 2011

internet no país e as redes dos telemóveis, para impedir a recepção e o envio de chamadas e mensagens escritas.

O governo egípcio, com o seu poder manipulador, fecha a rede de televisão, a *Al Jazeera*, que tinha vindo a relatar todos os acontecimentos sucedidos, e tenta persuadir os militares a seu favor, oferecendo-lhes altos cargos no governo. Corrupção?

No dia 31 de Janeiro, os manifestantes convocam uma greve geral no país. Mubarak tenta tomar medidas dentro do governo, para controlar a situação, mas em vão.

Entretanto, manifestantes contra e a favor de Mubarak enfrentam-se na praça Tahir e arredores e começam a surgir muitas mortes e feridos. O líder do governo egípcio mantém a sua posição de não renunciar até Setembro, data das próximas eleições, às quais não irá concorrer.

Surgem também os primeiros ataques aos jornalistas estrangeiros, levados a cabo por manifestantes a favor de Mubarak. O Comité para a protecção de jornalistas acusa o governo egípcio de querer eliminar testemunhas das suas acções.

A multidão continua de pedra e cal no seu objectivo e continua concentrada na Praça Tahir, pedindo a demissão imediata do presidente do país.

Isso acaba por acontecer no décimo oitavo dia consecutivo de protestos. Mubarak anuncia a sua renúncia ao cargo de Presidente do Egipto e a multidão festeja nas ruas, como se de uma festa se tratasse. O Conselho Supremo das Forças Armadas assume o comando do governo⁶⁵.

Paulo Moura, jornalista do jornal *O Público*, escreveu, numa reportagem directamente do Cairo, uma descrição do ambiente que se estava a viver, que mostra claramente o sentimento egípcio naquele momento:

“A revolução ganhou? É uma espécie de ilusão, ou um intervalo na guerra, ou uma armadilha, mas o que se vê é a liberdade, a rebelião à solta pelas ruas. Ninguém sabe exactamente o que se passa, nem quer saber. Cheira a fumo e a queimado, ouvem-se gritos, gargalhadas e canções, há grupos sentados no meio da rua, passam manifestações para baixo e para cima, entoando palavras de ordem espontâneas e confusas. Instintivas. As lojas, os bancos e os restaurantes estão fechados mas vendem-se laranjas em carroças no meio da rua.” (*em jornal O Público, 31/01/2011*)

⁶⁵ Esta breve explicação do desenrolar dos acontecimentos no Egipto é desenvolvida num vídeo: “Primavera Árabe: Revolução Facebook n.º 1?”, da Revista NATO.

Disponível aqui: http://www.nato.int/docu/review/2011/Social_Medias/Arab_Spring/PT/index.htm

Todo este processo foi um enorme incentivo aos protestos seguintes no mundo árabe, acabando por encorajar as populações a tomarem medidas, a ganharem coragem para lutarem por um governo civil, beneficiando os direitos dos cidadãos, realidade que alguns devem considerar um luxo, uma vez que até à Guerra Fria, maiores liberdades políticas não eram permitidas nesses países. Actualmente, vive-se um período de globalização, com ideias do Ocidente e com uma forte presença das redes sociais, que, em 2008, se impuseram na internet.

No Egipto, as revoluções mais graves (manifestações de rua, protestos e actos de desobediência civil) ocorreram entre Janeiro e Fevereiro de 2011.

Nestes protestos, conseguiram mobilizar os egípcios de todas as classes sociais, em diferentes condições sócio-económicas a juntarem-se aos protestos. Foram as maiores manifestações vistas no Egipto desde 1977, há 34 anos.

5.2. Poder das redes sociais no Egipto

Como foi referido em cima, foi criado um movimento – o Movimento do 6 de Abril – contra Mubarak, agora ex-governador do Egipto. Esta acção reuniu vários jovens, que contestavam o regime. “Nasceu na rede social *Facebook* e conseguiu sair da realidade virtual para as ruas com as consecutivas chamadas por manifestações populares, que foram atendidas de modo maciço”⁶⁶.

Alguns até se referiram a este movimento como a “Revolução 2.0”, pela utilização massiva das novas tecnologias (redes sociais – *Facebook* e *Twitter*; e os *telemóveis*), que obteve um enorme sucesso no final do movimento.

Neste movimento, não é conhecida qualquer filiação a nenhum partido político, no entanto, os primeiros adeptos são jovens – e daí surge a designação de “Revolução da Juventude” nas manifestações egípcias - com acesso à internet, possuem estudos e muitos até já possuem um elevado nível de instrução (ensino superior)⁶⁷.

Segundo a *France Presse*, “a pregação dessa juventude dourada do *Facebook* foi ganhando aceitação em grupos que representam sectores pobres da população, como o movimento 'Kafaya' (Basta!), que organizou as primeiras manifestações em Dezembro de 2004”⁶⁶. Este grupo mobilizou rapidamente cerca de 86 mil membros, que estavam registados na internet.

⁶⁶ Artigo escrito pela Agência *France Presse*: 2011

⁶⁷ Silva, Raquel Matos: 2011

O partido de Mubarak advertiu para o risco do movimento “ser explorado por interesses políticos que preconizem o caos”⁶⁸. O que é facto, é que quando o Movimento de 6 de Abril lançou o que chamaram uma “jornada de ira”, a internet foi bloqueada e a rede dos telemóveis estava com imensas dificuldades para funcionar. Opressão à liberdade de expressão?

Na realidade, depois de feitas as marcações das concentrações, já nada poderiam oprimir. Como disse uma das cabeças do movimento: “Não nos vão fazer parar até à saída definitiva do regime (...) Rompemos a barreira do medo”⁶⁸. E esta declaração está provada com a queda do regime de Hosni Mubarak.

A internet pode, de facto, ser uma “força transformadora de sociedades e pessoas, pois permite uma organização em massa e a livre circulação de informação”⁶⁹. Não é o motivo da mudança, no entanto, é o meio mais fácil para propagar ideias, acções e troca de informação que potencia a mudança. Actualmente, as redes sociais virtuais têm sido a melhor e mais utilizada ferramenta de chegar de forma acessível a um grande número de pessoas.

Eduardo Matias, em *O papel das redes sociais na luta contra ditadores*, mostrou alguns dados interessantes:

“O facto é que o uso de alguns instrumentos relativamente novos vem crescendo de forma impressionante. O número de telemóveis em funcionamento aumentou de 12 milhões em 1990 para quase 5 bilhões em 2010, e só nos últimos dez anos os telemóveis com câmaras começaram a ser populares. De 1995 para cá, a Internet passou de 16 milhões para 2 bilhões de utilizadores. O *YouTube* existe há apenas 6 anos. O *Twitter* registou no ano passado o incrível número de 65 milhões de mensagens por dia, trocados entre seus quase 200 milhões de utilizadores. O *Facebook* foi criado em 2004 e já tem mais de 600 milhões de utilizadores. Vídeos feitos por meio de telemóveis e transmitidos pelo *YouTube*, assim como mensagens e fotos propagadas pelo *Facebook* ou pelo *Twitter*, têm contribuído de forma decisiva para as revoltas actuais.”⁷⁰

Estes números explicam o uso influente dos meios de comunicação social como veículo de mudança nas revoltas das populações do Médio Oriente e Norte de África. “É

⁶⁸ Artigo escrito pela Agência France Presse: 2011

⁶⁹ Martin, Megan: 2012

⁷⁰ Matias, Eduardo: 2011

um grande argumento à liberdade”. Os jovens activistas tiveram 3 grandes objectivos nas comunicações feitas através destes meios: “organização, exposição e influência”⁷¹.

Tudo isto foi conseguido e a consequência maior foi o enfraquecimento da soberania dos Estados. A globalização da informação (através das redes online) e a revolução tecnológica deram acesso a mais informações e a que todos contactassem com outras culturas. Chamaram-lhe, também, as “Revoluções Wiki”, que mostram que “as ferramentas tecnológicas permitem que os manifestantes se organizem de forma eficiente, com agilidade decisiva para derrubar os regimes autoritários que, há uns anos atrás, pareciam inabaláveis”⁷², como o caso do Egipto.

É interessante perceber que a internet quebra barreiras que, à partida, seriam inquebráveis. Megan Martin (2012), especialista em política externa, principalmente no que respeita ao Médio Oriente e ao Norte de África explica o fenómeno das redes sociais e das tecnologias de informação e comunicação no contexto das revoluções:

“As redes sociais permitem uma comunicação transversal acima das barreiras geopolíticas, culturais e linguísticas. Estas ferramentas permitiram que jovens líderes do Egipto, do território palestino da Cisjordânia, da Jordânia e de outros lugares se organizassem criando comunidades de seguidores na internet, fazendo com que as pessoas saíssem às ruas e conseguissem apoio internacional para a sua causa.

Como são cada vez mais comuns os dispositivos móveis e os telefones inteligentes, é possível reunir pessoas com um mínimo de antecipação. Este nível de organização é possível pela quase instantânea comunicação e por uma rede de devotos e atentos conhecedores da matéria. Além disso, as organizações podem criar, colaborar e distribuir conteúdo a um - ao que parece - ilimitado público.

A capacidade de jovens activistas de se organizarem por meio da tecnologia levou a um novo nível a natureza da acção da cidadania e deu voz a narrativas desconhecidas até então. Está na natureza da internet a possibilidade de partilhar múltiplos discursos em várias plataformas.”

Estas linhas explicam perfeitamente a natureza imediata e de rápida difusão da internet. As comunicações online (seja qual for a plataforma usada) vão diminuindo, cada vez mais, as barreiras de acesso à informação. Permitem que sejam expostas narrativas “*off the record*”, com participação das pessoas, no sentido em que partilham a sua opinião e, muitas vezes, isso surge como uma oportunidade para os meios de

⁷¹ Martin, Megan: 2012

⁷² Matias, Eduardo: 2011

comunicação social. É a ideia de Jornalismo Cidadão. No caso das revoluções, “o jornalismo cidadão e os *blogs* denunciaram atrocidades cometidas por regimes que, de outro modo, não viriam a público. Nestes casos, a internet supõe uma ameaça existencial ao poder do governo de controlar o discurso oficial, mas habilita a livre expressão”⁷³.

Esta questão não é unânime a todos os que estão na comunicação social. O “jornalismo” feito pelo cidadão tornou-se polémico. Em Portugal, os civis têm liberdade para criticar e contestar as ideias e decisões do governo e isso acontece através de crónicas e artigos publicados e páginas pessoais. No Egipto, o contexto sócio-político já é muito distinto. As pessoas não têm liberdade de contestar o regime, sendo perseguidos por participarem em manifestações ou por publicarem conteúdos ou imagens que incentivem o ódio estatal. Por vezes, tal como aconteceu no período de protestos, o governo censura e limita o acesso à internet. Porém, “o jornalismo cidadão pode ser uma pressão para que a imprensa local e a internacional se concentrem em factos especialmente importantes”, principalmente, neste caso de coibição por parte do poder político⁷⁴.

No que respeita à influência que as redes sociais virtuais têm nestes episódios é local e internacional. A mobilização dos jovens que protagonizaram a Primavera Árabe conseguiu, através da internet, reunir pessoas de todas as idades, diferentes religiões e classes sociais distintas, no entanto, todos unidos sob a mesma causa, com um objectivo comum.

Por exemplo, “os protestos de 2011 na Praça Tahrir, no Egipto, foram uma pressão para que os Estados Unidos revisassem o apoio ao então presidente Hosni Mubarak, que governou esse país de 1981 até renunciar no ano passado”⁷⁴. Desta forma, subentende-se o poder conseguido através das redes. Aliás, o Comité de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – a ONU – anunciou que as pessoas que usam os *blogs* como forma de expressão, terão as mesmas protecções que os jornalistas, uma vez que a internet se tornou a melhor e mais importante forma das pessoas poderem exercer o seu direito à liberdade de opinião e expressão.

Nesta análise dos acontecimentos, consegue-se perceber que o jornalismo em si está “vulgarizado” nesta análise. Acima de tudo, os jornalistas informam-se e estão na rede, o que mostra uma interligação entre jornalismo e redes sociais como complemento um do outro. No entanto, surgem algumas questões relacionadas com os capítulos anteriores, que são pertinentes referir.

A primeira tem a ver com o tema da objectividade, pois “os relatos dos jornalistas demonstram como é difícil preservar a objectividade, o objectivo sagrado do jornalismo,

⁷³ Martin, Megan: 2012

⁷⁴ Cardoso, Gustavo; Lamy, Cláudia: 2011

quando a violência cresce.” Exemplo disso é um dos muitos casos relatados num documentário que foi exibido no Festival de Cinema de Berlim:

“Através das lentes das suas câmaras de vídeo, eles [os jornalistas] viram horrorizados as forças de segurança atacarem repetidamente as multidões com armas de fogo, canhões de água e veículos militares blindados que eram utilizados para atropelar os manifestantes. Da varanda do hotel, documentaram um dos embates mais violentos da revolta de 18 dias, e as imagens deles foram divulgadas por noticiários de todo o mundo. Apesar da proibição do uso da Internet, muita gente no Cairo pôde ver as imagens e, furiosas, essas pessoas saíram às ruas para juntarem-se às manifestações.

“Eu não posso dizer que foi fácil filmar essas cenas de um hotel de cinco estrelas”, conta Younis, [uma jovem jornalista egípcia]. “As pessoas gritavam, 'Juntem-se a nós', mas nós observávamos à distância... Eu ainda vejo aquela ponte nos meus pesadelos”.

O distanciamento que é pedido ao jornalista, nem sempre foi possível pelas situações graves e violentas que se viviam na Praça Tahir. As emoções, os sentimentos e até os adjectivos não são fáceis de explicar numa revolução civil, com muitos mortos e feridos.

Em segundo lugar, o jornalismo tradicional não foi o primordial nas revoltas no Egipto. No entanto, outro tipo de jornalismo está a emergir em força, o qual já referi no decorrer desta dissertação – o jornalismo cidadão.

De facto, foi muito importante a colaboração do povo egípcio no decorrer de todos os acontecimentos, bons e maus.

Sharif Abdel Kouddous, do Centro Pulitzer, referenciou alguns pontos importantes no que respeita a este assunto, que foram discutidos num debate sobre a liberdade de expressão e de imprensa, no Instituto Goethe, no Cairo. Um dos jornalistas que participou na conversa disse que todo este processo se deveu a uma “nova mídia, a mídia do povo, que expõe a verdade”⁷⁵.

“Quando pelo menos 27 pessoas foram mortas numa operação militar num protesto em frente à televisão estatal e do edifício da rádio (...) foram os manifestantes e seus apoiantes que capturaram a maior parte do vídeo arrepiante, que mostra um transporte blindado a ir contra e a ferir multidões de manifestantes. A filmagem foi usada para combater a negação do conselho militar do cobertor de irregularidades nos dias que se seguiram.”⁷⁵

⁷⁵ Kouddous, Sharif Abdel: 2011

Foram os manifestantes que deram a “palavra de ordem” para incitar os jornalistas a seguirem os protestos. As pessoas que tinham *blogs*, começaram a publicar “imagens de abusos policiais que rapidamente começaram a circular na Web (...) que deram coragem aos jornalistas tradicionais para cobrir muito bem a história (...) Assim, em vez de denunciar o abuso directamente, e colocar-se sob o risco de prisão ou de intimidação do governo, os jornalistas citaram os blogs que postaram os vídeos, isentando-se de responsabilidade directa para a história (...) a alternativa é usada pelos meios de comunicação tradicionais e a notícia pode chegar a dezenas de milhões de pessoas desta maneira.”⁷⁶

As revoluções no Egipto foram, de facto, “o resultado da acção de grupos formais, ou informais com capacidade de mobilização de outrem.”⁷⁷

Foi, com grande sucesso, que o passa a palavra através do jornalismo tradicional, baseado na colaboração dos cidadãos, nos *blogs*, nas redes sociais e telemóveis com suportes digitais conseguiu mobilizar uma acção coesa e de união pública. Pode-se argumentar, assim, que a adesão a causas nas redes sociais virtuais está notoriamente mais relacionada com situações de conflito, de integração e de formação de uma identidade colectiva.

⁷⁶ Kouddous, Sharif Abdel: 2011

⁷⁷ Cardoso, Gustavo; Lamy, Cláudia: 2011

6. Conclusão

Dentro da temática desta dissertação, as conclusões são, de alguma forma, conscientes de que o jornalismo mudou nos últimos anos, com a introdução das novas tecnologias de informação e comunicação.

Apesar de todos os ideais da profissão de jornalista, muitas concepções foram-se alterando com o tempo e com a evolução dos meios de comunicação. Na minha visão, o lugar do jornalismo, sendo nos anos 60, quer agora, mantém-se intocável no que diz respeito ao facto de assumir “um lugar particular enquanto actor com interesses e poderes próprios, de quem se espera, sob diferentes perspectivas, actuação em nome do interesse comum; com autonomia face a quem pretende informar e a responsabilidade de dar a conhecer tudo, e apenas, o comumente relevante”⁷⁸.

A maior mudança foi o aparecimento da internet, que alterou todo o paradigma comunicacional. Deixamos de ter uma comunicação unidireccional, onde o público apenas absorvia a informação que lhe era dada pela imprensa, rádio e televisão e passamos a ter uma comunicação bidireccional e interactiva. A internet possibilita a participação activa do público em relação ao conteúdo disponibilizado, permite um maior número de opiniões, debates e pontos de vista diferentes, que permite que se tenha melhor conhecimento sobre determinado assunto.

Com isto, também surgiram as redes sociais. Estas redes pressupõem a existência de uma relação entre as pessoas e de que modo estão conectadas entre si. Esses laços que são estabelecidos em rede e resultam numa grande interacção social. Os casos mais mediáticos são o *Facebook*, o *Twitter* e o *Youtube*. Ainda que não seja consensual, considero que a difusão de informação e as trocas de opiniões nas redes sociais virtuais foram uma mais-valia para o jornalismo, uma vez que nestes espaços se consegue ter acesso a partilhas de notícias e reportagens - de todos os outros meios de comunicação tradicional que se adaptaram à nova realidade – e, com isso, permite o público de perceber os diferentes ângulos de abordagem do tema e as opiniões gerais de todos aqueles que têm uma participação activa na rede. Surge, então, a questão do Jornalismo cidadão. Mais uma questão controversa para os jornalistas, mas, no entanto, há duas perspectivas interessantes: a primeira é que a participação do cidadão pode ser uma mais-valia, uma vez que a liberdade e a diferença de opinião se traduz em vários aspectos passíveis de interesse público; e a segunda está relacionada com a era de globalização de informação em que vivemos, que nem sempre poderá ser positiva, uma vez que o excesso

⁷⁸ Barreiros, José: 2012

de informação, se não for filtrada, pode conduzir a um estado de desinformação das pessoas. Por vezes, a especialização num tema pode tornar-se uma óptima fonte de conhecimento.

No entanto, as redes sociais devem ser vistas como complemento – e não como força contrária – ao jornalismo. São um meio colaborativo e onde se pode encontrar informação credível, apesar de se ter muito cuidado com os boatos que, nestes meios, surgem com muita facilidade. Porque, de facto, “muitas são as informações difundidas offline, mas atingem grandes proporções quando difundidas de forma online, atingindo um apelo informacional maior, utilizando-se, por exemplo, de notícias e vídeos. Porém, é preciso entender que, informações que passam na internet, são oriundas da «vida real»”⁷⁹.

Como foi possível perceber no decorrer da explicação do capítulo anterior – Poder do Jornalismo e das Novas Tecnologias da Informação e Comunicação: Os Caso do Egito na Revolução da Primavera Árabe -, os cidadãos ajudaram muito os jornalistas à divulgação das revoluções na Praça Tahir, no Egito. Com esta ajuda colaborativa, os jornalistas cidadãos captaram vários momentos decisivos e demonstrativos das manifestações e confrontos e, divulgando em blogs e nas redes sociais virtuais, abriram caminho à publicação dos jornalistas, baseando-se nessas informações, já que a censura e a falta de liberdade de expressão e de imprensa eram inerentes ao governo egípcio. Tudo isto foi conseguido com o poder de todos os meios de comunicação, com uma decisiva ajuda da Internet.

“É preciso entender a Internet como ferramenta de organização social e informação. Dessa forma, visualizar os valores construídos, novas formas complexas em larga escala de fluxo de informação e de mobilização, emergindo do ciberespaço”⁸⁰.

Nesta perspectiva, através de vários aspectos explicados anteriormente, com ajuda de notícias e documentos, consegue-se comprovar que as redes sociais não foram determinantes, mas, na realidade, tiveram um papel muito importante nas revoluções no Egito. Todo o processo de convocação, divulgação, informação e comunicação da revolução foi feito através do *Facebook* e difundido, também, através dos telemóveis.

O activismo tornou-se uma prática regular e muito bem recebida nos meios de comunicação social, principalmente pelos utilizadores das redes sociais virtuais. “A revolução tecnológica de hoje muda a experiência do mundo”⁸⁰.

No entanto, apresentaram-se algumas limitações a este estudo. Como as revoluções são muito recentes, ainda há pouca informação que seja totalmente

⁷⁹ Silva, Raquel Matos: 2011

⁸⁰ Del Bianco, Nelia: 2008

comprovada, tendo sendo por isso, um *handicap* a uma explicação neutra e elucidativa do que aconteceu no Egito.

7. Referências Bibliográficas

Livros

BARREIROS, José Jorge (2012), *Informação, Media e Democracia na Época da Telecomunicação em rede; Democracia, Comunicação e Política*, Lisboa, Mundos Sociais (no prelo).

CARDOSO, Gustavo (2006), *Os Média na Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

CASTELLS, Manuel e CARDOSO, Gustavo (2006), *A Sociedade em Rede. Do Conhecimento à Acção Política*, Lisboa, INCM.

CASTELLS, Manuel (2002), *A Sociedade em Rede*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian

COLEMAN, Renita (2003 [1996]), *Os Antecedentes intelectuais do jornalismo público*, in TRAQUINA, Nélson e Mário Mesquita (org.), *Jornalismo Cívico*. Lisboa: Livros Horizonte

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. (1993), *A evolução da pesquisa sobre o agendamento: vinte e cinco anos no mercado de ideias*, in TRAQUINA, Nélson (2000), *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*, Coimbra: Minerva.

McCOMBS, Maxwell E.; SHAW, Donald L. (1972), *A função do agendamento dos média*, in TRAQUINA, Nélson (2000), *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.

McQUAIL, Denis (2003), *Teoria da Comunicação de Massas*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

MESQUITA, Mário (2003), *O Quarto Equívoco, O poder dos média na sociedade contemporânea*, Coimbra: MinervaCoimbra

PINA, Sara (2002), *A Deontologia dos Jornalistas portugueses*, Coimbra: Minerva, Colecção: Comunicação, Parte II – A Deontologia Jornalística em Portugal (pp. 88 – 97) e Anexo VI – Código Deontológico do Jornalista (pp. 159 e 160)

REBELO, José (2000), *O Discurso do Jornal*, Notícias Editorial, Lisboa

SANTOS, Rogério (2003), *Jornalistas e Fontes de Informação*. Coimbra: MinervaCoimbra.

SCHLESINGER, Phillip (1977), *Os jornalistas e a sua máquina do tempo*, in TRAQUINA, Nélson (org.), *Jornalismo: Questões, Teoria e "Estórias"* (2ª Edição), Lisboa, pp. 177 – 190

SCHUDSON, Michael (1999), *A objectividade como ritual estratégico: uma análise das noções de objectividade dos jornalistas*, in TRAQUINA, Nélson (org.), *Jornalismo: Questões, Teoria e "Estórias"* (2ª Edição), Lisboa, pp. 74 – 90

SOLOSKI, John (1989), *O jornalismo e o profissionalismo: alguns constrangimentos no trabalho jornalístico*, in TRAQUINA, Nélson (org.), *Jornalismo: Questões, Teoria e "Estórias"* (2ª Edição), Lisboa, pp. 91-100

TICHENOR, P. J., G. A. Donohue e C. N. Olien (2002 [1970]), “*O fluxo dos meios de comunicação de massa e o crescimento diferencial do conhecimento*”, in João Pissarra Esteves (org.), *Comunicação e Sociedade*, Lisboa: Livros Horizonte.

TRAQUINA, Nélson (2000), *O Poder do Jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento*. Coimbra: Minerva.

TRAQUINA, Nélson e Mário Mesquita (2003), *Jornalismo Cívico*, Lisboa: Livros Horizonte.

TRAQUINA, Nélson (org.; 1999), *Jornalismo: Questões, Teoria e "Estórias"* (2ª Edição), Lisboa: Comunicações & Linguagem.

WOLF, Mauro (2001), *Teorias da Comunicação*, 6ª ed. Lisboa: Presença.

Artigos online:

ANON (2011), “A objectividade do jornalismo na era das redes sociais”, *Observatório da imprensa do Brasil*, [Consultad. 6 Junho 2012]. Disponível na internet:

http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/a_objetividade_do_jornalismo_na_era_das_re_des_sociais

CARDOSO, Gustavo; Cláudia Lamy (2011), “Redes sociais: comunicação e mudança”, *JANUS.NET e-journal of International Relations*, Vol. 2, N.º 1, Primavera 2011, [Consultad. 25 Agosto 2012]. Disponível na internet: www.observare.ual.pt/janus.net/pt_vol2_n1_art6

COELHO, Luciana (2011), “Primavera árabe: a revolução foi tuitada, mas não foi feita pelo Twitter”. *Jornal Folha de S. Paulo*, Brasil, [Consultad. 3 Setembro 2012]. Disponível na internet:

<http://blog.opovo.com.br/pliniobortolotti/primavera-arabe-a-revolucao-foi-tuitada-mas-nao-foi-feita-pelo-twitter/>

CORREIA, Fernando; Carla Baptista (2005), “Anos 60: um período de viragem no jornalismo português”, Lisboa: SOPCOM (4ª edição), [Consultad. 11 Abril 2012]. Disponível na internet: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/correia-baptista-anos-60-periodo-viragem.pdf>

DEL BIANCO, Nelia (2008), “A Internet como factor de mudança no jornalismo”. Brasil, [Consultad. 15 Maio 2012]. Disponível na internet: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bianco-nelia-internet-mudanca-jornalismo.pdf>

FUSER, Bruno (2005), “Sociedade em rede: perspectivas de poder no espaço virtual”, Brasil, [Consultad. 15 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/fuser-bruno-sociedade-em-rede-perspectivas-de-poder-no-espaco-virtual.pdf>

GRADIM, Anabela (2000), “Manual de Jornalismo”, Universidade da Beira Interior. [Consultad. 12 Janeiro 2012]. Disponível na Internet: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/gradim-anabela-manual-jornalismo-1.html#b2>

IJUIM, Jorge Kanehide e TELLAROLI, Taís Marina (2008), “Comunicação no mundo globalizado – Tendências no século”, Brasil. [Consultad. 15 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/tellaroli-tais-ijuim-jorge-comunicacao-mundo-globalizado.pdf>

JERÓNIMO, Pedro (2009), “Jornalismo o(ff)line”, Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria. [Consultad. 15 Maio 2012]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-jeronimo-jornalismo.pdf>

KOUDDOUS, Sharif Abdel (2011), “Egipto: Jornalismo cidadão abre caminho à liberdade do governo, Pulitzer Center. [Consultad. 25 Agosto 2012] Disponível em: <http://pulitzercenter.org/reporting/egypt-journalism-citizen-blogging-press-freedom-government>

LOPES, Rita (s.a), “O poder dos média na sociedade contemporânea”, Universidade da Beira Interior. [Consultad. 15 Maio 2012]. Disponível na Internet: <http://www.labcom.ubi.pt/files/agoranet/04/lopes-rita-media-e-poder.pdf>

MARTIN, Megan (2012), “Primavera Árabe, jovens, liberdade e tecnologia”. *Projecto da Aliança das Civilizações das Nações Unidas, IPS*. [Consultad. 15 Julho 2012]. Disponível na internet: <http://ips.org/ipsbrasil.net/nota.php?idnews=8196>

MATIAS, Eduardo Felipe Pérez (2011), “O papel das redes sociais na luta contra ditadores”. *Revista Consultor Jurídico*. [Consultad. 16 Julho 2012]. Disponível na internet: <http://www.conjur.com.br/2011-jul-27/redes-sociais-aliado-luta-regimes-ditatoriais>

MESQUITA, Mário, “Em Louvor da Santa Objectividade”, Intervenção publicada no n.º 1 da Revista «JJ - *Jornalismo e Jornalistas*» (Janeiro/Março 2000), [Consultad. 15 Maio 2012]. Disponível na Internet: <http://www.jornalistas.online.pt/noticia.asp?id=517&idCanal=300>

NEGREIROS, Davys Sleman de (2003), “Mídia e política: a metamorfose do poder”, *NEMP-UFSCar - Núcleo de Estudos sobre Média e Política* [Consultad. 16 Maio 2012]. Disponível na internet: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/negreiros-davys-midia-e-politica-metamorfose-do-poder.pdf>

PEREIRA, Fábio Henrique (2004), “Da responsabilidade social ao jornalismo de mercado: o jornalismo como profissão” [Consultad. 10 Abril 2012]. Disponível na internet: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/pereira-fabio-responsabilidade-jornalista.html>

RECUERO, Raquel (2009), “Discutindo redes sociais e jornalismo na internet”, Brasil, [Consultad. 6 Junho 2012]. Disponível na internet: <http://www.jornalistasdaweib.com.br/index.php?pag=displayConteudo&idConteudo=3801>

SILVA, Regina Helena Alves da (2004), “Sociedade em Rede: cultura, globalização e formas colaborativas”, Brasil, [Consultad. 10 Abril 2012]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-regina-sociedade-em-rede.pdf>

SILVA, Francela Pinheiro (2010), “O quarto poder das democracias”, Observatório de Imprensa, *Jornalismo & Sociedade*, Brasil, [Consultad. 6 Junho 2012]. Disponível na internet: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/o-quarto-poder-das-democracias>

TORRES, Cleyton Carlos (2012), “O jornalismo na era das redes sociais”, Observatório da imprensa, Brasil, [Consultad. 6 Junho 2012]. Disponível na internet: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed682_o_jornalismo_na_era_das_redes_sociais

TORRES, Cleyton Carlos (2012), “O verdadeiro desafio do jornalismo nas redes sociais”, *Observatório da imprensa*, Brasil, [Consultad. 6 Junho 2012]. Disponível na internet: http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed689_o_verdadeiro_desafio_do_jornalismo_nas_redes_sociais

Documentos:

ANON (2011), “Movimento antiMubarak teve início na internet”, *France Presse, Jornal de S. Paulo*, Brasil, [Consultad. 16 Julho 2012]. Disponível na internet: <http://www1.folha.uol.com.br/mundo/867363-movimento-antimubarak-teve-inicio-na-internet.shtml>

ANON (2011), “O papel do facebook na Primavera Árabe”, [Consultad. 16 Julho 2012]. Disponível na internet: <http://cibermundos.net/cibercultura/o-papel-do-facebook-na-primavera-arabe/>

ANON (s.a), A Primavera Árabe = Revolução Facebook n.º 1?, *Revista NATO: Os média sociais: poder ao povo?* [Consultad. 11 Setembro 2012]. Disponível em: http://www.nato.int/docu/review/2011/Social_Medias/Arab_Spring/PT/index.htm

Código Deontológico dos Jornalistas (1993). [Consultad. 10 Abril 2012]. Disponível na internet: <http://www.jornalistas.eu/noticia.asp?id=24&idselect=369&idCanal=369&p=368>

Filme fala sobre a luta dos jornalistas na Revolução do Egipto (Fevereiro 2012), *em blog “O Informante”* [Consultad. 20 Setembro 2012]. Disponível em: <http://codinomeinformante.blogspot.pt/2012/02/filme-fala-sobre-luta-dos-jornalistas.html>

Livro de Estilo do Público (2005), Público, 2ª Edição

MOURA, Paulo (2011), “Reportagem: As ruas do Cairo estão a viver uma festa e uma tragédia”, *Jornal O Público*, [Consultad. 16 Setembro 2012]. Disponível na internet: <http://www.publico.pt/Mundo/reportagem-as-ruas-do-cairo-estao-a-viver-uma-festa-e-uma-tragedia-1477783>

Dissertação:

SILVA, Raquel Matos (2011), *As redes sociais e a revolução em tempo real – O caso do Egipto*, Dissertação de Mestrado em Publicidade e Propaganda, Porto Alegre (Brasil), Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação. [Consultad. 25 Agosto 2012] Disponível na internet: <http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/37496/000820279.pdf?sequence=1>